

Ermírio propõe diálogo aberto com constituintes

SÃO PAULO — Um diálogo amplo e aberto com todos os constituintes será defendido hoje pelo Diretor-Superintendente do Grupo Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes, no lançamento oficial da União Brasileira dos Empresários (UBE), em Brasília. Ermírio revelou ao GLOBO que em seu pronunciamento, o único da solenidade — que contará com a presença de mais de 400 empresários —, defenderá o capitalismo de livre mercado como fórmula ideal para a economia nacional.

O discurso de Ermírio terá como alvo a Constituinte. Ontem à tarde, disse que "o diálogo é a solução".

— Devemos buscar cada constituinte e mostrar o nosso ponto-de-vista. Esse é o comportamento que eu prego e defendo. O meu pronunciamento será duro e forte em relação ao futuro do País, em relação à Constituinte, mas, acima de tudo, com respeito.

A UBE existe há mais de um ano, mas nunca foi oficializada. Ela surgiu após vários encontros informais promovidos pelas Confederações da Indústria e do Comércio e Federação Brasileira de Bancos (Febraban). A ideia é transformá-la numa entidade atuante como a poderosa Kaizeren, do Japão.

O pronunciamento de Ermírio foi

redigido ontem mesmo por ele. Ele dirá, entre outras coisas, que o pensamento da classe empresarial não deve ser voltado para atos individuais, mas para o bem do País e de sua sociedade como um todo.

— O empresariado está preocupado com o destino do País. Nós queremos que o País consiga sair das dificuldades que enfrenta no momento. Para isso, todos devem estar unidos. Sempre tive essa opinião e hoje ela vale mais do que nunca. Defendo o capitalismo porque sei que ele pode reverter muita coisa em benefício da Nação brasileira. O reinvestimento do lucro e a geração de mais empregos e com bons salários é uma das metas. Isso pode ser alcançado. Chegou o momento de explicarmos isso à classe política, através de um diálogo amplo e aberto.

Ontem à tarde, dezenas de empresários procuraram manter contato com o Diretor-Superintendente do maior grupo privado do País para saber o teor de seu pronunciamento de hoje e, também, para confirmar suas presenças no lançamento da UBE. Um deles, Laerte Setúbal Filho, afirmou que irá "pelo Antônio Ermírio, que é meu amigo, e também pela proposta que a UBE traz de união do empresariado nacional, neste momento difícil".



Ermírio vai hoje a Brasília oficializar a União Brasileira de Empresários

Irritado com estabilidade, empresário alerta para fuga de investimentos

PORTO ALEGRE — Insatisfeito com as decisões adotadas até agora pela Constituinte na questão dos direitos dos trabalhadores, o Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha, Klaus Wilms, alertou ontem para os riscos de o Brasil não conseguir novos recursos externos para sustentar seu crescimento. "O Brasil precisa de novos investimentos de risco e não apenas de financiamentos que exigem juros altos", destacou o empresário, lembrando que há muitos anos nenhuma grande empresa alemã aplica capital no País.

Para ele, sem uma "legislação compreensível e transparente" o Brasil não terá condições favoráveis para competir com muitos outros países que também querem capitais externos. Wilms, Diretor Comercial do Grupo Zivi-Hércules, criticou o intervencionismo do Estado, citando os prejuízos da Autolatina que devem chegar este ano a US\$ 400 mi-

lhões. Apesar disso, o empresário acredita que tanto a Volkswagen como a Ford continuarão atuando no mercado brasileiro.

Defensor do FMI, ele entende que as normas ditadas por esse organismo apenas defendem "a ordem e a disciplina contra a bagunça que está aí". Contrário à estabilidade no emprego e à redução da jornada de trabalho, Wilms diz que a Alemanha e o Japão só se recuperaram do desastre da guerra "com muito trabalho". Na sua opinião, "só se pode falar em conquistas sociais depois da formação da riqueza". Apesar da insatisfação que considera generalizada entre os empresários, não vê semelhança entre o clima de 1964 e o atual:

— Naquela época os empresários estavam muito mais unidos. Hoje a dispersão é total e isso permite essas derrotas. Falta um Governo forte. Mas hoje não existe união de esforços nem responsabilidade política.

Deputado rasga jornal que o dá como moderado

BRASÍLIA — Rasgar papéis e lançá-los ao ar, em gestos teatrais, está virando rotina na Comissão de Sistematização. Primeiro, o Líder do PFL, José Lourenço, rasgou uma cópia do substitutivo do Relator Bernardo Cabral em protesto durante uma votação. Ontem foi a vez do Deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), que rasgou em pedacinhos a página do jornal "Correio Braziliense" em que seu nome aparecia entre os constituintes que estão apoiando a tentativa dos "moderados" de alterar o Regimento para apresentar emendas substitutivas no plenário da Constituinte.

Mesmo sem ser integrante da Comissão, Guimarães foi ao microfone para tachar a lista publicada pelo jornal de "falsa e manipulada". Esclareceu que não assinara lista alguma e pediu à Mesa que abrisse inquérito para que o autor da informação apresentasse os originais, que, sugeriu, deveriam ser submetidos a "exame grafotécnico". Depois, rasgou o jornal, jogando os pedaços para o ar.

Nova fórmula para o STF concilia posições, mas ainda há divergências

BRASÍLIA — A atribuição de competência para que o Supremo Tribunal Federal passe a tratar basicamente de questões constitucionais, sem alterar sua composição nem a forma de indicação de seus membros, é uma fórmula que, de certo modo, concilia as opiniões sobre o assunto na Constituinte. Apesar de não agradar totalmente aos defensores de um tribunal constitucional puro, nem aqueles que desejam manter o Supremo com as funções de hoje, a inovação aprovada na terça-feira pela Comissão de Sistematização é vista como um aperfeiçoamento da competência do STF.

— É uma meia solução — afirmou o Deputado Nelson Jobim (PMDB-PR), radical defensor da criação de um tribunal constitucional.

Para os Deputados Nelson Jobim (PMDB-RS) e Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), apesar de não ser a ideal, a fórmula aperfeiçoada o Supremo, ao atribuir-lhe como função principal a guarda da Constituição. Defensor da não alteração do STF, o Líder do PFL, Deputado José Lourenço (BA),

recebeu bem a solução encontrada.

Jobim afirmou que, ao retirar do Supremo Tribunal Federal a competência de corte recursal, seu universo de decisões ficou reduzido a questões constitucionais.

— Portanto, tem-se a corte constitucional pela via da competência, apesar de não se ter criado o Tribunal Constitucional — observou.

Com raciocínio semelhante, Vivaldo lamenta que a Comissão de Sistematização não tenha aprovado a denominação de constitucional para o Supremo. Elogiou, porém, o fim da competência advocatória para o STF e o impedimento para que o Tribunal julgue recursos extraordinários contra decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A crítica dos defensores do tribunal constitucional recaí sobre a composição e indicação dos membros do Supremo. Atualmente, os 11 Ministros do Supremo são indicados pelo Presidente da República e aprovados pelo Senado. Nelson Friedrich observou que, por ter uma característica

político-jurisdicional, a composição da corte encarregada de tratar de questões constitucionais deveria ser reequilibrada, com representantes dos três poderes. A emenda de Jobim que propunha esta mudança foi derrotada pela Comissão.

Apesar de aceitarem com restrições a fórmula do substitutivo do Relator Bernardo Cabral, as duas facções ainda pretendem mudar o texto no plenário. Friedrich disse que apresentará emenda para criar o Tribunal Constitucional.

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil também é favorável ao fim do Supremo. Segundo o Presidente da OAB, Márcio Thomaz Bastos, a emenda de Jobim tinha o apoio da Ordem. Ao contrário dos parlamentares, a OAB não ficou satisfeita com a fórmula híbrida encontrada por Cabral.

— A Comissão de Sistematização perdeu uma grande oportunidade de criar o Tribunal Constitucional. Esperamos que o plenário da Constituinte crie a Corte — afirmou Thomaz Bastos.

Sepúlveda é contra Senado apreciar decisão do Supremo

BRASÍLIA — Se a nova Constituição mantiver o artigo que submete ao Senado todas as matérias de inconstitucionalidade de leis julgadas pelo Supremo Tribunal Federal, o STF irá transformar-se em um mero órgão de consulta do Senado. O alerta foi dado ontem pelo Procurador-Geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence.

Para ele, o dispositivo poderá ser desastroso se for levado em conta que boa parte das matérias constitucionais julgadas pelo STF se refere, por exemplo, aos chamados "trem da alegria", que proporcionaram o ingresso de muitos funcionários no serviço público sem a prestação de concurso. Pertence lembra que para o Judiciário é fácil julgar com isenção, pois não está sujeito a pressões.

— Agora imagine uma matéria dessas sendo apreciada por membros do Congresso... A Esplanada dos Ministérios se transformaria num verdadeiro acampamento de funcionários sem concurso que viriam pressionar seus representantes para

atender aos seus interesses. Isso compromete todo o sistema.

Sepúlveda Pertence elogiou a decisão dos constituintes de aprovar os julgados de pequenas causas e a Justiça de Paz. Em sua opinião, isso representará um progresso imenso na Justiça brasileira, desde que haja realmente a decisão política de se pôr em prática o que está proposto e investir na modernização do Judiciário.

Quanto ao Artigo 116 do projeto que prevê uma audiência prévia com os juizes, que terão 48 horas para dar a sentença, Pertence acredita que se não houver modificações no artigo ele nunca poderá ser posto em prática. Segundo ele, é absolutamente utópico que um juiz possa dar uma sentença em 48 horas sem estudo prévio. Além disso, ele acredita que a audiência prévia poderá vir a representar mais um entrave, uma vez que será um novo fator de retardamento do processo de julgamento, devido à falta de datas para a marcação das audiências, principalmente nas grandes cidades.

Maranhão quer dois municípios de nome Sarney

SÃO LUÍS — Com o apoio do Governador Epitácio Cafeteira, a Assembleia Legislativa pretende criar 26 novos municípios no Maranhão, entre eles os de Senador José Sarney e Presidente José Sarney. Se isso ocorrer até março do próximo ano, nas próximas eleições municipais serão eleitos no Estado 158 prefeitos. O objetivo dos deputados estaduais e do Governador é atrair para o Maranhão mais recursos federais e proporcionar a um número maior de comunidades a presença do poder público.

No entanto, pela legislação em vigor, os distritos que querem ganhar autonomia precisam comprovar arrecadação mínima de CZ\$ 7 milhões no último exercício fiscal. Por terem faltado CZ\$ 160,00 para atingir essa soma, Buriticupu continuará sendo distrito de Santa Luzia. Até agora, só estão concluídos dois processos, referentes aos distritos de Zé Doca (que será desmembrado do Município de Monção) e Santa Luzia do Paruá (hoje integrando o Município de Turiaçu).

Cafeteira recomendou à Secretaria de Fazenda todo o empenho no atendimento aos pedidos de informações sobre arrecadação de ICM feitos pela Assembleia.

Juristas criticam mudanças no Poder Judiciário

SÃO PAULO — A parte relativa à organização do Poder Judiciário do projeto em votação na Constituinte deixou apreensivos juristas paulistas. De maneira geral, eles acham que se está perdendo a oportunidade de uma reformulação estrutural do setor e encontram muitas contradições e poucos pontos positivos a destacar nas propostas em discussão.

Segundo o jurista Celso Bastos, o projeto conseguiu desagradar a todo o Poder Judiciário, e não apenas ao Supremo Tribunal Federal:

— Sou favorável à apresentação de um projeto substitutivo ao plenário, porque entendo que não dá para aproveitar o atual, irremediavelmente desastroso, na minha opinião.

Para Bastos, não existe órgão mais estapafúrdio que o Conselho Nacional de Magistratura proposto. Bastos acha que esse Conselho consegue ser pior que o atual, "pois quebra a autonomia do Judiciário ao prever uma composição tripartite (advogados e políticos, além de magistrados)".

— Acho até que se deva procurar alguma forma de controle do Poder Judiciário, mas não através de um órgão de caráter policialesco.

Bastos acrescentou que os constituintes deveriam buscar uma fórmula conciliatória na questão da instituição da Corte Constitucional, ferrenhamente combatida pelo STF.

— Acho que está faltando habilidade dos constituintes no trato da

questão — concluiu.

O jurista Hélio Bicudo não está nem um pouco otimista com relação ao projeto.

— Desde que o plenário queira, esse projeto poderá ser alterado. O fato é que não vejo pessoas competentes e com idéias novas para realmente inovar. Não vejo condições para resistir aos chamados lobbies do Poder Judiciário — argumentou.

Para Bicudo, esta era a oportunidade de se fazer uma modificação estrutural no Poder Judiciário:

— Deveríamos fazer desaparecer, por exemplo, a Justiça Militar, que é uma excrescência no sistema, que tem de ser democrático. Também deveríamos acabar com a Justiça Federal de primeira instância, que já há alguns anos acumulava um déficit de 800 mil processos.

Bicudo alertou ainda para o sistema de ingresso na carreira de juiz, destacando que "está se transformando numa verdadeira casta". Pessoalmente, é favorável à interação de poderes para a nomeação dos juizes por tempo determinado. Sugeriu um prazo de dez anos ou que se fixasse uma idade a partir da qual não poderiam mais ser nomeados, exemplificando com 68 anos.

De positivo mesmo, Bicudo assina a apenas a criação do Juizado de Pequenas Causas.

— Desde que seja um passo inicial para a verdadeira descentralização

da Justiça e que não se perca no conceito individual ou no valor quantitativo, pois todas as causas têm o mesmo valor. O importante é que o sistema seja democrático e funcione com a participação popular.

O projeto também preocupa Manoel Gonçalves Ferreira Filho:

— De um modo geral, o projeto é inadequado para o Brasil de hoje. Trata-se de um texto falho, contraditório, incongruente e até perigosíssimo, ao propor o Conselho Nacional da Magistratura, com o risco de se estabelecer uma interferência política no Judiciário.

Segundo Ferreira Filho, o projeto também peca por querer ser "novidadeiro", o que credita a pessoas interessadas apenas em "marcar a sua passagem pela Constituinte".

— Outro absurdo é a criação de um controle de inconstitucionalidade por omissão. Existe simplesmente o poder do Congresso de regularizar uma norma programática — disse Ferreira Filho.

— A verdade é que o projeto precisa de mudanças profundas, para que não represente um retrocesso na Constituição brasileira — acrescentou. — Não quero discutir intenções, mas o resultado é lamentável.

O jurista espera que sejam corrigidas as contradições como a que faz, por exemplo, com que um artigo fortaleça o poder do Tribunal de Contas e outro paralise sua atuação.

'Modernos' querem gerar fatos para lançar Aureliano

BRASÍLIA — O Secretário Geral do PFL, Deputado Saulo Queiroz, disse ontem que o período de transição deve ser encerrado com a promulgação da Constituição. Segundo o parlamentar, que participou à noite da reunião do grupo dos "modernos" do PFL, na casa do Deputado Lúcio Alcântara (CE), cabe ao partido gerar fatos políticos que propiciem o lançamento da candidatura do Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, à Presidência da República.

Reativado a partir da crise entre o partido e o Governo, o grupo se reuniu para discutir documento em que será feita uma análise crítica da atuação partidária. Segundo Lúcio Alcântara, o esboço, com cerca de 13 laudas, é doutrinário, "pregando o liberalismo voltado para uma visão dos problemas sociais", mas também programático, "analisando de forma crítica o posicionamento do partido em relação ao Governo e à opinião pública".

O Senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), voltou a defender ontem a formação de um partido forte de centro capaz de aglutinar as forças liberais dispersas por diversas siglas. Segundo ele, este é também o pensamento do ex-Governador de Santa Catarina, Espiridiano Amin, e do ex-Deputado gaúcho Nelson Marchezan,

que já foram convidados a ingressar no PFL. Bornhausen participou de almoço com os dois líderes regionais, na residência do Presidente do partido, Senador Marco Maciel (PE).

— A reformulação partidária é um processo que tem várias etapas e a primeira delas só poderá começar depois de encerrados os trabalhos da Comissão de Sistematização — disse o Senador.

Além de Maciel e Bornhausen, participaram do almoço o ex-Governador de Pernambuco, Roberto Magalhães e o Líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli.

Em Aracaju, o Presidente da Assembleia Legislativa de Sergipe, Deputado Guido Azevedo, anunciou que o PFL estadual pedirá hoje ao Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, que assuma o comando das ações para garantir o apoio do partido ao Governo até o último dia de mandato do Presidente Sarney.

Antônio Carlos Magalhães estará sendo esperado por todos os membros do partido com mandato em Sergipe — começando pelo Governador Antônio Carlos Valadares — para participar, às 19 horas, das solenidades de inauguração da "TV Jornal", pertencente ao Ministro do Interior, João Alves.

Diário Oficial lembra a morte de Marighella

SALVADOR — Pela primeira vez nos últimos 23 anos, o "Diário Oficial" da Bahia homenageou um político perseguido pelo regime militar instaurado em 1964: dedicou uma página ao ex-Deputado Carlos Marighella, constituinte em 1946 pelo Partido Comunista e, nos anos 60, fundador da Ação Libertadora Nacional. A homenagem lembrou o 18º aniversário de sua morte, a 4 de novembro de 1969, em São Paulo.

Além de pequena biografia de Marighella, o "Diário Oficial" publicou o poema "Liberdade", escrito por ele na prisão, em 1939. Ontem, muitos políticos baianos, parentes e amigos participaram das homenagens. Na Assembleia Legislativa, o PMDB, o PT e o PC do B lembraram Marighella no horário da liderança. A tarde, um grande número de pessoas visitou o seu túmulo.

Deputados apelam à violência ao debaterem tentativa de mudança

BRASÍLIA — "Progressistas" e "moderados" não se limitaram, na sessão plenária de ontem, a recursos verbais para discutir a proposta de alteração do Regimento Interno da Constituinte. Os Deputados Haroldo Lima (PC do B-BA) e Ricardo Fiúza (PFL-PE), chegaram a agredir-se fisicamente. O incidente só não teve maior gravidade porque o Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), segurou Fiúza.

A briga começou quando Haroldo afirmou que por trás da denominação "Centrão" estão os representantes da direita. Segundo ele, a motivação básica da proposta seria anular os avanços conseguidos pela Comissão de Sistematização, através da apresentação de um substitutivo integral. Citou em seu discurso o Deputado José Lourenço (BA), Líder do PFL, e Fiúza.

Em seguida, Lourenço começou a discursar ironizando o apoio do PC do B à Albânia. Lourenço chegou a dizer que o falecido dirigente máximo daquele país, Enver Hoxa, um pouco antes de morrer, pediu perdão a Deus afirmando: "eu não sou aquilo que fiz em toda a minha vida".

— Ladrão, corrupto, mentiroso — gritou Haroldo do microfone de apertar.

Imediatamente Fiúza se levantou e empurrou Haroldo, que quase caiu, escapando de ser atingido por um so-



Fiúza põe a mão no peito de Haroldo Lima, pouco antes de empurrá-lo

co. O parlamentar comunista tentou reagir, lançando o soco de direita contra o estômago de Fiúza. Mas Cardoso Alves já havia afastado o Deputado do PFL da linha de frente.

Quando os ânimos serenaram, Haroldo Lima afirmou que Fiúza, com "seu porte de gorila" não conseguiu combater as propostas dos progressistas com as suas idéias e, por isso, teve que agir com a força. Respondendo, o parlamentar pernambucano

disse que, a partir de agora, reagirá a todas as provocações da esquerda com os mesmos argumentos:

— Não estou aqui para ser desmoralizado. Quando for atacado com insultos irei reagir como homem.

Pouco antes, um pequeno rato fora descoberto sob a cadeira de um constituinte. Após driblar um segurança, o roedor tomara a direção do meio do plenário, sendo alcançado e pisoteado pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP).

DDA DISCAGEM DIRETA PARA ASSINATURA O GLOBO 221-3000